



# *Câmara Municipal de São Carlos*

*Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada dia 25 de Outubro de 2018, de conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).**

**AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018)** realizou-se a presente **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a **Presidência** do Vereador **JULIO CESAR**: Muito boa tarde a todos. Aproveito para cumprimentar quem, em casa, está nos acompanhando, uma vez que estamos transmitindo ao vivo a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Carlos, hoje, 25 de outubro de 2018. Satisfação receber a todos nesse dia. Declaro aberta a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Carlos para apresentação e discussão da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2019. Gostaria, nesse momento, de convidar para integrar a Mesa de Autoridades dessa Audiência Pública o Sr. Carlos Augusto Colussi, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, respondendo nesse ato pelo secretário; a Fabiana Tadeu Colmati, diretora da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e também o Carlos Eduardo Galvani Nascimento, auxiliar administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Meus amigos, tenho prazer em recebê-los aqui. Queria destacar a presença dos vereadores João Muller, vereador Gustavo Pozzi, vereador Robertinho Mori Roda, vereador Sérgio Rocha, vereador Azuaite Martins de França, e ainda registrar a presença das assessorias da vereadora Laide das Graças Simões, do vereador Roselei Françoso, do vereador Leandro Guerreiro, e também a assessoria do vereador João Muller e também a assessoria do vereador Julio Cesar aqui presente. A imprensa também aqui e também os nossos profissionais que estão colocando e transmitindo esta Audiência. Devido aos compromissos que a presidência tem, e vocês sabem disso, tem a agenda para cumprir, mas estarei no gabinete aqui ao lado e a minha assessoria acompanhará essa Audiência. E, por isso, eu quero convidar o vereador João Muller que é presidente da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento desta Câmara para ocupar a presidência e dirigir os trabalhos dessa Audiência. Obrigado a todos, que tenhamos uma boa discussão. João Muller, por favor, assumo a presidência. Estarei no gabinete da Presidência caso haja necessidade. [troca de presidência]. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER**: Boa tarde a todos. Vamos dar sequência a essa Audiência Pública, com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes, quero registrar a presença do vereador Edson Ferreira, que também está aqui entre nós acompanhando essa Audiência Pública. A dinâmica será a seguinte: os representantes da prefeitura, da Secretaria de Planejamento e Gestão farão a apresentação, no tempo necessário e que precisarem para esclarecer os Srs. Vereadores sobre o nosso orçamento de 2019. Na sequência, nós abriremos a possibilidade dos vereadores fazerem considerações, questionamentos e também as pessoas que estiverem aqui no Plenário acompanhando, todo e qualquer cidadão que aqui estiver poderá também fazer as suas considerações. Vamos estabelecer depois o tempo com os vereadores. Quem vai fazer a abertura é o Colussi, que está respondendo, nesse momento, inclusive pela Secretaria de Planejamento e Gestão, porque o titular está em afastamento médico. Então queria que o senhor já se dirigisse à Tribuna dessa Casa para iniciarmos a apresentação. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI**: Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Vereadores. Boa tarde, cidadãos de São Carlos. O projeto que prevê a Lei Orçamentária Anual chegou a esta Casa com pontualidade como nos foi solicitado. Hoje temos a oportunidade de apresentá-la em Audiência Pública a toda a população e aos senhores. A estimativa de arrecadação para o exercício de 2019 supera os R\$ 979 milhões. O total da despesa para o próximo ano está dividido entre os Poderes Legislativo e Executivo, ficando a Câmara Municipal com 2,35%, a prefeitura com 80,10% e as



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

administrações indiretas, autarquias e fundações com 17,65%. O percentual de aplicação da receita resultante de impostos para a saúde foi de 25,57%, índice esse superior aos 15%, exigidos por lei. Já o percentual de aplicação para a manutenção e desenvolvimento do ensino foi de 27,17%, cumprindo a meta do programa de governo do prefeito Airton Garcia. O projeto de lei prevê, ainda, recursos para a revisão anual dos servidores municipais e também para o atendimento da avaliação de desempenho por metas e funções e a implantação do plano de carreira do servidor público municipal. A LOA 2019, como chamamos, contempla recursos para pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas de São Carlos; prolongamento da Avenida Trabalhador São-Carlense; reforma e revitalização da Praça Coronel Salles; melhoria da iluminação pública; modernização do Banco de Alimentos; obras e ampliação de canais de drenagem de águas pluviais e bacias hidrográficas para atendimento das demandas judiciais, Córrego da Água Quente, Córrego do Gregório e assim por diante; melhoria da sinalização de trânsito; manutenção dos ecopontos; recursos para limpeza pública e recursos do Governo Federal por meio do Dnit. O resultado da LOA 2019 foi consolidado pelo Departamento de Planejamento e Orçamento, o nosso DPO, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. As estimativas de receitas foram elaboradas em conjunto com a Secretaria Municipal da Fazenda. Portanto quero ressaltar o apoio do secretário Mário Antunes e de toda a sua equipe, lá na Secretaria da Fazenda. Sem eles, seria impossível essa consolidação. Os principais eixos da lei orçamentária foram: equilíbrio fiscal com responsabilidade; cumprimento de demandas; pagamento em dia de credores e seriedade dos gastos. Ou seja, crescemos 33% de 2016 até hoje, em contraponto com uma inflação de 10% no mesmo período nos números consolidados, considerando a administração direta e indireta. Foram as ações do governo do prefeito Airton Garcia que fizeram com que o município saísse de um estado de estagnação e voltasse a se desenvolver. E isso é o resultado de um trabalho sério e de gente comprometida. A partir desse momento, os números consolidados em detalhes serão apresentados pela diretora do Departamento de Planejamento e Gestão, Fabiana Colmati, que está aqui, acompanhada de Carlos Nascimento, servidor do DPO. As questões, após a apresentação da diretora, podem ser dirigidas a nós do Planejamento. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Bem, então, nesse momento, nós vamos passar a palavra a Fabiana Tadeu Colmati, que é diretora da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Queria registrar a presença, inclusive, do vereador Lucão Fernandes, que estava no anexo em reunião com o secretário de Saúde, tratando justamente do orçamento da Saúde para 2019. Também está aqui entre nós o vereador Sérgio Rocha acompanhando esta Audiência Pública. Fique à vontade. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Boa tarde a todos. Eu vou dar início à explicação aqui do processo de elaboração da Lei Orçamentária. Então, os instrumentos de planejamento que compõem as peças da administração pública são-- **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Só um minutinho, você está conseguindo passar? Ah, tá bom. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** São o PPA, a LDO e a LOA. Então o PPA, ele tem a função de planejar as ações do governo por quatro anos. A LDO, ela orienta a elaboração do orçamento e serve de elo de ligação entre as duas, o PPA e o orçamento. E o orçamento é onde a gente realmente executa as políticas... as políticas públicas e os programas de governo que são definidos pela prefeitura. Então, o PPA ele é feito, o atual, né, foi feito em 2017 com validade de 18 a 21, que são quatro anos. Em abril desse ano foi entregue aqui na Câmara, já foi apreciada e aprovada a LDO para o exercício de 2019. E, nesse momento, então, estamos apresentando a Lei Orçamentária Anual. As bases legais que são obrigatoriedade da Lei Orçamentária, ele está previsto na Lei Federal nº 4.320/64, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei de Responsabilidade Fiscal e a gente também segue as orientações e normas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e da Secretaria de Tesouro



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

### *Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

Nacional. A finalidade dela é estimar a receita e, a partir disso, fixar a despesa. Ela abrange os orçamentos fiscal, seguridade social e de investimento, e a sua vigência anual. A Lei Orçamentária Anual é elaborada com base nas diretrizes anteriormente apontadas pelo Plano Plurianual e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, ambas definidas pelo Executivo e sempre foram discutidas aqui nas Audiências Públicas. O orçamento público, ele é um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade face à escassez de recurso. Então, dentro da previsão da estimativa de receita, tem que se decidir o que vai investir, aonde vai se aplicar o recurso. Vamos falar um pouco das receitas. As receitas são as disponibilidades financeiras que ingressam nos cofres públicos. Então é a receita que é a fonte de utilização para as ações que o governo vai fazer. E ela é dividida em receita corrente, que são as receitas que vêm dos impostos, das transferências, e as receitas de capital, que são as utilizadas para custeio. Normalmente, através de um termo assinado com os governos estaduais, federal, e com as operações de crédito, que são os financiamentos. Vamos detalhar um pouco as receitas. Para 2019, estão previstos para a arrecadação da receita tributária, que são essas oriundas dos impostos municipais, R\$ 307 milhões. Receita patrimonial, que são as advindas dos rendimentos bancários, R\$ 4,5 milhões. A receita industrial, que é da Prohab, que é a venda dos loteamentos que eles tiveram, é da indústria da construção, que não é industrial de fábrica. A receita de serviços que é basicamente a água e o esgoto do Saae. As transferências correntes, que são recursos advindos dos impostos arrecadados pelo estado e pela União, aqui tem o IPVA, o FPM, o ICMS. E também alguns convênios para custeio que são os repasses que vêm do SUS, do FNDE, o Fundeb, o [ininteligível] e todas as receitas que vêm, então, da União e do estado. E outras receitas correntes que são as multas de trânsito, algumas multas administrativas. E as receitas dos fundos próprios nossos. Essa receita de serviços intraorçamentária é quando a prefeitura contrata a Fesc para fornecer algum curso, então, para não entrar duas vezes no orçamento, entra como intraorçamentária. E as deduções é a contribuição que a gente repassa para a formação do Fundeb. Então, essas são as receitas correntes no nosso orçamento para 2019, estão dando R\$ 859 milhões. As receitas de capital a gente está prevendo operações de crédito, montante de R\$ 76 milhões, que são todos os financiamentos. Alienação de bens, que é a venda de bens móveis e imóveis do município, R\$ 113 mil. Amortização de empréstimos, que é o valor que o Saae repassa para a prefeitura referente àquela dívida que tem com a União da época de 2000, que foi refinanciada. E as transferências de capital, R\$ 42 milhões, que são esses convênios advindos do estado e da União para fins específicos. Aqui tem um gráfico mostrando quanto que cada receita contribui no nosso orçamento. Então, a tributária corresponde a 31%, e as transferências correntes, que são as maiores, 48%. As operações de crédito para o ano que vem equivaleram a 7% do orçamento total. Esse quadro mostra essa evolução da receita ao longo dos anos, que foi o que o próprio Colussi apresentou. Em 2015, o município teve uma receita arrecadada de R\$ 615 milhões. Em 2016, R\$ 652 milhões. Em 2017, R\$ 735 milhões. A receita orçada para 2018 foi de R\$ 789 milhões. E, para 2019, nós estamos prevendo uma receita de R\$ 979 milhões. Esse crescimento, ele é maior na receita de capital, que está saindo de R\$ 33 milhões para R\$ 120 milhões. A receita corrente, ela já não tem esse crescimento... tem um crescimento, mas não é tão grande assim. Pelo gráfico dá para ver a evolução dessa receita. Eu vou falar das despesas agora. A despesa é como a prefeitura executa as ações que ela previu. Então, ela está condicionada à arrecadação da receita. Então, pela previsão da receita a gente faz a fixação da despesa. E ela também se classifica em despesa corrente, que é o custeio, é onde paga os salários dos servidores, os encargos da folha, a compra de materiais de consumo, de prestação de serviço. Toda parte de custeio está aqui. E as despesas de capital, que são os investimentos, que é onde



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

### *Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

estão previstas as obras, a compra de equipamentos, as desapropriações e também a amortização da dívida. Para demonstrar aqui a despesa por órgão. A Câmara, então, ela fica com R\$ 22 milhões do orçamento; o gabinete do prefeito, R\$ 700 mil; a Cultura, R\$ 3,7 milhões; o Meio Ambiente, R\$ 2,4 milhões; o OP, R\$ 16 milhões; a Procuradoria, R\$ 414 mil; a Infância, R\$ 2,9 milhões; a Administração e Gestão de Pessoal, R\$ 106,5 milhões, aqui incluso os valores da folha; Agricultura e Abastecimento, R\$ 11,4 milhões; a Cidadania, R\$ 9,9 milhões; a Comunicação, R\$ 6,5 milhões; a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, R\$ 500 mil; a Educação, R\$ 196 milhões; o Esporte, R\$ 3,1 milhões; a Fazenda, R\$ 25 milhões, e esse valor bem alto devido à contratação da operação de crédito do Pmat, que é o Programa de Modernização Administrativa, que ainda vai ser enviado aqui para essa Câmara para apreciação da lei autorizativa. Mas como já está bem adiantado o estudo lá, a gente já incluiu no orçamento. A Secretaria de Governo R\$ 12,8 milhões, prevendo aqui os valores das emendas parlamentares; a Secretaria de Habitação, R\$ 3,4 milhões; Obras Públicas, R\$ 50 milhões; Planejamento, R\$ 1,5 milhão; Serviços Públicos, R\$ 53 milhões; Trabalho, Emprego e Renda, R\$ 3,9 milhões; Transporte e Trânsito, R\$ 15 milhões; Saúde, R\$ 219 milhões; encargos gerais, R\$ 54 milhões, que é onde a gente paga toda a dívida, as tarifas bancárias, os encargos gerais; a Pessoa com Deficiência, R\$ 577 mil; a Prohab, R\$ 6,5 milhões; a Fesc, R\$ 8,3 milhões; a Pró-Memória, R\$ 3,1 milhões, e o Saae, R\$ 153,9 milhões. Aqui, a gente tem as despesas por função de governo, que são os mesmos valores, mas dando destaque aí à Saúde, que é onde a gente mais gasta, R\$ 219 milhões. Seguidos da Educação por R\$ 196 milhões. Saneamento... desculpa, Administração R\$ 176 milhões. Na sequência, aí nós temos a função do saneamento que são R\$ 147 milhões. E os encargos especiais que é a amortização da dívida e precatório, R\$ 46 milhões. Esse gráfico aqui mostra essa despesa por função, aí dá para ver esses maiores valores que eu destaquei. A despesa por elemento de despesa, então o pessoal é o nosso maior gasto, a prefeitura. E aqui é só pessoal e encargos, R\$ 403 milhões. Juros da dívida, R\$ 3 milhões. Outras despesas correntes, que é o custeio, R\$ 383 milhões. Aí, dentro de investimentos, a gente tem R\$ 140 milhões que são as obras dos equipamentos. Inversão financeira, R\$ 1,1 milhão. Isso aqui é a compra... desapropriação de área, ela chama inversão financeira porque, contabilmente, o ativo da prefeitura não muda quando você compra um imóvel. Amortização da dívida, que são os valores que a gente paga com precatórios e amortização da dívida, R\$ 44 milhões. E a reserva de contingência, que é para atender aos anexos da LDO para que não haja desequilíbrio das metas fiscais, R\$ 2 milhões. O gráfico aí mostra a despesa por elemento, então dá para ver que os dois maiores gastos da prefeitura são o pessoal e o custeio. Este ano a gente teve um crescimento grande de investimento, que está dando 14% de orçamento, devido à receita de capital estar bem alta, são os financiamentos e esses convênios que estão sendo pretendidos. Aí a tabela de evolução da despesa. Então ela mostra que a gente saiu de uma despesa empenhada, em 2015, de R\$ 627 milhões para 2016 em R\$ 676 milhões, 2017, R\$ 699 milhões, 2018, aí já é orçada, R\$ 789 milhões, e para 2019, R\$ 979 milhões. Destaque importante é na despesa de capital, que é essa que eu falei que são os investimentos, de 2018 está com R\$ 84 milhões. Para 2019, R\$ 186 milhões. Essas despesas de capital, elas dependem muito da arrecadação daquelas receitas de capital, então é aqui que tem que... para poder investir, o governo precisa de recurso externo. Aí o gráfico mostra também essa evolução. Pode ver que a curva está 100% crescente, mostrando aí os investimentos do município. Falando em aplicação e ensino. Como o próprio Colussi já falou, né, a gente está prevendo investimento na Educação de 27,17%, valor acima do que define a Constituição, que é de 25%. E, na Saúde, também o previsto é de 25,57%, quando a legislação prevê 15%. Bom, esses são os números consolidados que a gente tem para apresentar. Estamos abertos a perguntas e esclarecimentos. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Bem, antes de



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

passar a palavra aos Srs. Vereadores, quero registrar a presença da vereadora Laide das Graças Simões, também o vereador Roselei Françoso, que estão aqui entre nós acompanhando essa Audiência Pública. Podemos fazer da seguinte forma a dinâmica, três minutos para cada vereador, e, se necessário, dilação de tempo, a gente faz também, para fazer questionamentos ou considerações. E, se tiver algum cidadão que queira depois, na sequência, participar também, nós abriremos a possibilidade. O vereador Azuaite Martins de França, primeiro vereador inscrito, pode se dirigir até a Tribuna, que é melhor para a câmara que nós temos lá transmitindo.

**VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Boa tarde. Eu gostaria de ter uma explicação mais detalhada, até porque vocês são da Secretaria do Planejamento, não é? Salta aos olhos que numa época - eu não vou dizer recessiva, eu vou dizer semirrecessiva - porque passa o país, o orçamento municipal tenha esse salto, esse crescimento significativo na arrecadação. Ora, isso se deve à previsão das novas receitas de capital. Que receitas são essas? Quais são as receitas que vocês estão prevendo que virão, se é que virão, a fundo perdido?

**SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Operação de crédito.

**VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Operação de crédito, se existem operações de crédito previstas? E, por outro lado, me parece que a administração tem a possibilidade de outras fontes de receita como, por exemplo... outras fontes não, pode melhorar a receita com uma adequação à realidade da planta genérica de valores - coisa que não foi feita até agora - e a possibilidade de arrecadação da contribuição de iluminação pública - coisa que a prefeitura também não fez - e que tem um custo. E que tem um custo alto e que irá sacrificar a administração, vai sacrificar o município como um todo, pelo simples prazer, pelo simples gosto de não distribuir o ônus, o custo da iluminação pública entre os munícipes. Então eu gostaria que vocês detalhassem mais a lógica do aumento da receita de capital, a lógica das despesas e a lógica da vontade, me parece, da administração, de continuar deixando inadequada e, conseqüentemente, injusta, a planta genérica de valores, e abrir mão, renunciar à receita da contribuição de iluminação pública, por gentileza.

**SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Antes de passar a palavra à diretora de Planejamento e Gestão, quero registrar a presença do vereador Leandro Guerreiro, que também se encontra acompanhando essa Audiência Pública. Na sequência, a pergunta do vereador Azuaite será respondida pela diretora. Ele gostaria do detalhamento da receita de capital. E, na sequência, se o município vai fazer alguma viração tributária, se vai realmente abrir mão da contribuição de iluminação, se vai rever a planta genérica de valores.

**SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Boa tarde. Então, quanto à previsão das receitas que a gente chama de Fonte 1, que são as arrecadações próprias do município, a gente se baseou nas projeções que são feitas em conjunto com a Secretaria de Fazenda, né? E a gente trabalhou com o IPCA, que é o que o Banco Central divulgou no último Boletim Focus quando a gente fez a elaboração do orçamento, de 4,11%, e a projeção do PIB é de um crescimento de 2,5%. Essas eram as projeções à época. Fora isso, nessas receitas de Fonte 1, né, a gente teve que trabalhar caso a caso. Por exemplo, o ISS não dava para dar só essa projeção de crescimento, tendo em vista que ele hoje está bem maior do que isso. Então, quando a gente fala da análise da Fonte 1 para a Fonte 1, o município teve um crescimento aí de 10% no orçamento, crescimento que a Secretaria de Fazenda em conjunto com o Planejamento entende que deve acontecer mesmo. Quanto às receitas de capital, são várias, então eu vou tentar detalhar elas aqui dentro do que foi solicitado. Os financiamentos. A gente tem um total de R\$ 76 milhões previstos para financiamento, que são R\$ 20,5 milhões para a estação de tratamento de esgoto no Varjão, são R\$ 20 milhões que foram autorizados pelo Finisa. O status dele hoje é: aguardando aprovação para encaminhamento da documentação. Essa a lei autorizativa ainda não passou pela Câmara nessa tratativa aí, para fazer essa lei para vir para a Câmara para ser autorizada. Estão previstos R\$ 20 milhões para o Pmat, que é o Programa de Modernização da Administração



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

### *Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

Tributária, e gestão de setores sociais básicos, que também ainda não veio para a Câmara por exceção da lei autorizativa, está nesse termo lá, já foi... o estudo está pronto pela Secretaria de Fazenda. Já está em vias de fazer o projeto de lei para encaminhar aqui para a Câmara. Aí tem R\$ 2,5 milhões para recapeamento de vias através do Desenvolve SP. Esse aí já está até assinado o contrato, esperando o término do período eleitoral para começar os repasses. R\$ 20 milhões também para recape de vias e infraestrutura, também com o Desenvolve SP. Já passou a lei autorizativa aqui na Câmara, e, no momento, já foi encaminhada a documentação, e ele está em análise lá no Desenvolve, na Secretaria do Tesouro Nacional. R\$ 5 milhões, também de infraestrutura urbana com o Desenvolve SP, que está na mesma situação, a lei autorizativa já passou aqui na Câmara Municipal e está em análise no Desenvolve e na Secretaria de Tesouro Nacional. R\$ 5 milhões para iluminação pública, também com o Desenvolve SP. Esse aí está cadastrado, esse pedido de operação de crédito, e ele ainda está em análise, antes da lei autorizativa. A gente não sabe se vai ser... os outros que eu falei já foram pré-aprovados, esse ainda não. E tem R\$ 3 milhões que são para compra de equipamentos. Que já não é com o Desenvolve SP, é com o Banco do Brasil esse. Que é para melhoria do maquinário dos serviços públicos. Então esse também ele ainda está... de todos, esse é o que está mais atrasadinho de liberação. E tem um outro de R\$ 12 milhões que o Ministério das Cidades, que também está dentro do previsto pelo financiamento de programas de saneamento, que são R\$ 12 milhões para melhorias na estação de tratamento de água da Vila Pureza. Também já foi pré-selecionado e está nessa parte de documentação. Essas são as operações de crédito previstas para o ano que vem. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Eu gostaria que você traduzisse para o público ouvinte, principalmente, e para os vereadores, que tudo isso a que você se referiu é empréstimo, e isso será pago no futuro, mas não sabemos em quais condições. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Todos esses aqui são operações de crédito, são financiamentos, e eles são pagos... a cada órgão repassador tem o seu critério aí de retorno, né? **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Tá, é que quando se fala: "Ah, eu fui atrás de fulano, beltrano, sicrano e consegui tantos milhões para isso, para aquilo, para aquilo outro", conseguiu obter a promessa de financiamento para ser pago posteriormente. E esse Desenvolve SP para a iluminação pública, como é que, na visão de vocês, como é que o governo do estado vai emprestar recursos para financiar uma atividade que a Câmara poderia obter, que a prefeitura poderia obter por ela mesma, por Fonte 1, e se recusa fazê-lo? Eu gostaria de conhecer a lógica disso. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Professor Azuaite e demais vereadores, em 2017 houve uma tentativa de se fazer o recape em Fonte 1, recape. E recape Fonte 1, fonte de recursos próprios, e a administração chegou a uma conclusão de que o sacrifício seria muito grande porque, na previsão do prefeito, dos seus técnicos, seriam necessários R\$ 100 milhões para fazer, como diz o prefeito: "Tapar a buraqueira". Quando houve a substituição do governador, nos foi anunciado, em gabinete, que as portas do governo do estado de São Paulo estariam mais abertas para financiamento Fonte 7, que é o financiamento em banco de financiamento do próprio estado. Já tínhamos um processo de captação de R\$ 2,5 milhões, que, na verdade, eram R\$ 10 milhões, eram R\$ 5 milhões e acabaram se tornando R\$ 2,5 milhões, pelo tempo que se demorou para captar esse recurso. Muito bem, o Planejamento tomou conhecimento disso, fez um levantamento do que seria necessário para levantar esses R\$ 2,5 milhões que é do Desenvolve SP. Até então, admito que eu era um leigo em Desenvolve SP, e hoje conheço minimamente. O que precisaríamos regularizar é toda a parte de documentação, limpamos o nome da prefeitura no Cauc, que é, vamos dizer, a lista negra do Governo Federal, são 13 itens... **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Que já é um grande negócio. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Isso. Então, fomos buscar na Fazenda esse aporte. O secretário Mário Antunes, com a sua equipe, citei em discurso anterior,



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

### *Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

todos trabalharam para que o Cauc estivesse 100%. Demoramos em torno de oito meses para que isso acontecesse. A partir de o momento que a prefeitura conseguiu essa alforria do Cauc, poderíamos fazer qualquer tipo de financiamento. O primeiro que fomos atrás foram os R\$ 2,5 milhões do Desenvolve SP, de Fonte 7, que já estava na Câmara, que passou um período aqui na Câmara, e estava, vamos chamar assim, de emaranhado. Ninguém entendia por que que não ia, por que que voltava. Bem, conseguimos arredondar esses R\$ 2,5 milhões no momento em que o governador de São Paulo disse: "Vocês estão conseguindo R\$ 2,5 milhões, eu vou liberar R\$ 4 milhões de convênio, ou seja, dinheiro sem financiamento, vou liberar mais R\$ 20 milhões, e, assim que vocês conseguirem alcançar o financiamento de um, eu libero os outros". E estamos trabalhando desde então. Isso que a Fabiana falou, anteriormente, é um trabalho de mais de um ano para que a gente conseguisse limpar o nome da prefeitura... Porque a prefeitura tem... você tem uma prefeitura saudável. Tínhamos uma prefeitura, vamos dizer assim, sem fôlego, em um primeiro instante, não saudável. Hoje passamos por um momento, prefeitura saudável, mas com nome sujo. Hoje, nós temos o nome limpo com uma prefeitura saudável. Se o senhor for consultar as cidades da região, São Carlos é a cidade com melhor potencial econômico, cidade que possui a maior capacidade de endividamento. Sendo que nós não chegamos nem a 10% disso. E tudo se voltou para isso. A partir do momento que nós temos o nosso nome limpo, nós podemos bater na porta dos credores. Foram pagos uma boa parte das dívidas, mais ou menos alguma coisa em termo de R\$ 70 milhões e poucos. Fomos quitando a dívida, o Mário tem esses números mais detalhados. E, com isso, a gente ganhou fôlego para poder crescer. No papel, é um crescimento corajoso, otimista. Mas eu posso afirmar para o senhor e para os senhores presentes, é um crescimento que vai acontecer. Porque São Carlos tem essa capacidade. Se o senhor for para outras cidades da região, mal conseguiram sair do Cauc. Mal conseguiram pagar suas dívidas, por quê? É um monte de nome, tá? Siconfi, Siconv, os convênios todos estão 100% no Governo Federal. Então... Pois não, Sr. Presidente? Todos os convênios estão quites. E é uma luta que nós conseguimos. Hoje, a Prefeitura de São Carlos recebe agentes credores que querem fazer negócio com a gente, no caso de bancos, de... inclusive recentemente recebemos o pessoal da FGV e outras instituições, dizendo: "Olha, nós temos dinheiro para emprestar para vocês. Vocês querem?". O pessoal do Banco do Brasil, posso citar porque acompanhei as reuniões. Então São Carlos tem essa capacidade. Em relação à mudança de Fonte 1, ou seja, receita própria, com Fonte 7, foi uma opção estratégica sim. Porque íamos sangrar demais as ações de Fonte 1 e com a saúde financeira, a gente... nós temos condições de buscar financiamentos tanto no Governo Federal e tanto no governo estadual. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Azuaite, preciso passar para o Roselei. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** É só para fechar, porque-- **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** A pergunta do Azuaite, a questão da iluminação pública. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** A iluminação pública, pois não. A iluminação pública, professor, deu-se da seguinte maneira, fizemos todos os estudos, apresentamos nessa Casa, e o senhor sabe que em momento de crise financeira, o estado, ou seja, a prefeitura, precisa decidir se vai sacrificar o contribuinte ou não. E eu acredito que o prefeito teve uma decisão sensata em recuar, e dizer que naquele momento, ele não ia sacrificar o contribuinte. Temos condições sim, de fazer a atualização cadastral, como muitas vezes o João Muller falou nessa Casa. Atualização cadastral para que melhoremos a nossa arrecadação. Mas algumas ferramentas são necessárias. E quando você fala em algumas ferramentas são ferramentas de aereofoto, ferramentas digitais e há uma resistência muito grande em relação à contratação. Porque você precisa fazer a contratação de um projeto para fazer a realização da execução do serviço. Ainda há uma resistência quando falamos em projetos. Mas eu acho que com o tempo, tenho certeza que a prefeitura vai vencer essa barreira e entender que os projetos



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

também são necessários para a gente poder dar um passo. Porque não se faz casa sem projeto, não se faz serviço sem projeto, se gastaria dinheiro à toa. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Só para concluir. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Pois, não. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** A minha lógica, a minha fala pode ser percebida por uma lógica que não é a verdadeira. A lógica a que eu quero chegar é a seguinte: que as finanças do município podem estar equalizadas, e pela descrição de vocês estão. No entanto, não existe uma qualidade de sustentabilidade para investimento. E existe essa possibilidade. Porque uma coisa é você buscar, na sua própria capacidade de arrecadação e modernização, esses recursos, outra coisa é você buscar financiamentos. E eu não sou contra financiamento. Mas eu acho que pode vir suplementarmente e não como o eixo primeiro estruturante de uma administração. Então, quando se renuncia a uma receita, eu acho que está se cometendo um erro de administração. Só isso. Obrigado pelas respostas. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Antes que a Fabiana complemente, é importante dizer, que eu acredito que a sociedade de São Carlos vai compreender que alguns passos precisam ser dados em relação ao seu progresso. E isso é com o tempo. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** A Fabiana vai complementar a resposta do Azaite. Na sequência o vereador Roselei já pediu para usar a palavra. Quero registrar a presença, também, do vereador Moisés Lazarine. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Só terminando então, essas daí eram só as operações de crédito, a gente tem... que são os financiamentos. Tem mais receitas de capital previstas. No caso das advindas do governo estadual, tem recursos para a modernização da biblioteca, para programas de saneamento, que são cadastrados junto ao Fehidro. Um outro recurso do Fehidro que também já está pré-selecionado que é para o Bosque das Paineiras do Jardim Bethania. O Movimento Paulista de Segurança para o Trânsito, que foi um projeto que a Prefeitura de São Carlos já foi aprovada, e aí está vindo os recursos. Então tem recursos previstos para vir o ano que vem. Os R\$ 4 milhões de recapeamento de vias urbanas, que o Colussi acabou de falar, ele já está tudo pronto, só aguardando o fim do período eleitoral para começar a vir os repasses. Só que como a gente não pode deixar restos a pagar empenhados sem cobertura financeira, a gente já fez a previsão dele para 2019, porque a licitação, eu acho que já concluiu também. Só pode deixar empenhado, o que for executado. Então, como a liberação vai começar esse ano e o cronograma estende a um ano, então está previsto para o ano que vem também. No mesmo status uma emenda do deputado Massafera, também para recape. Um recurso junto... outro recurso junto ao Fehidro para criação do Centro de Educação Ambiental. E um recurso junto ao fundo de... ao FID, que é para implantação e promoção de atividades de lazer e recreação e educação ambiental lá no Parque Florestal Urbano de São Carlos. Essas são as advindas do estado. A gente tem com a União, R\$ 20 milhões que foi assinado e já iniciou as obras, que é para ETE Monjolinho, também a mesma coisa, começa esse ano, acho que já... eles têm que fazer uma medição, não sei até que data, ainda desse ano, e continua no ano que vem. Os recursos para... do Dnit para a Praça Itália, que o Dnit apontou algumas coisas no projeto, o município está refazendo para reencaminhar. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Valor? Você falou o valor? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Não. R\$ 9,2 milhões. Os projetos... os trabalhos sociais da Prohab junto aos loteamentos Eduardo Abdelnur e Planalto Verde, que eles... foram construídas as casas e agora, ele tem o trabalho social, então vem esse recurso. A modernização do Banco de Alimentos, que também já está com a análise técnica lá na Caixa, aguardando para assinatura e liberação. E dois convênios com o Ministério do Turismo, que estão aguardando parecer do Ministério do Turismo, que são para construção e infraestrutura urbana para adequação do espaço de interesse turístico e para implantação de interativa de informações e sinalizações turísticas. E um recurso para término, né, de uma creche escola no Planalto Verde, que já está em andamento, é um



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

saldinho do convênio que deve vir ano que vem. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Do Lobbe não está aí? R\$ 1 milhão? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Então, agora isso aqui são os recursos a fundo perdido, que o município recebe e executa, para o fim que era, e presta conta. Fora essa a gente tem agora as emendas parlamentares. Então são várias, também, então tem uma emenda para criação do estúdio da TVE na Fesc, no Campo do Ruy. Para recapeamento de vias do deputado Feliciano, que também está aguardando o fim do processo eleitoral aí, para a liberação, R\$ 987 mil. Uma emenda da deputada Mara Gabrilli para compra de equipamentos de R\$ 100 mil para Educação. É uma emenda do deputado Lobbe Neto para construção do Sibi. A emenda do deputado Lobbe Neto para o prolongamento da Trabalhador São-Carlense, segunda etapa. Do deputado Jefferson Campos para um campo de futebol no Santa Felícia. Desculpa, do Lobbe eu não falei, né? R\$ 400 mil para Trabalhador São-Carlense, e a do Jefferson Campos R\$ 417 mil, também. Aí para... do deputado Feliciano novamente, para terceira etapa da Trabalhador São-Carlense, R\$ 460 mil. Para modernização do campo Alberto Dunk, que é do deputado Paulo Maluf, R\$ 243 mil. Para reforma e revitalização da Praça Coronel Salles, também do deputado Lobbe Neto, de R\$ 250 mil. E para a ponte na Rua 13 de Maio, Rua Rafael Gianotti, no distrito de Santa Eudóxia, também do Lobbe Neto, R\$ 250 mil. Todas essas emendas, elas estão nessa parte de assinatura, aguardando o fim do processo eleitoral para ser liberada. Essas são as receitas de capital que estão previstas. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Então, vamos passar, agora, a palavra ao vereador Roselei Françoso. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Quero cumprimentar o vereador João Muller que preside essa Sessão. Cumprimentar Colussi, Fabiana, Marcos, né? **SR. CARLOS EDUARDO GALVANI NASCIMENTO:** Carlos. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Desculpa, Carlos. Sempre confundo ele com Carlos. Os colegas vereadores, a imprensa aqui presente, população que nos acompanha. Eu quero, de fato, estender os meus cumprimentos, mesmo, a toda equipe da Secretaria Municipal de Planejamento, para a Secretaria Municipal de Fazenda, porque eu fui um dos vereadores que muito critiquei aqui a falta de responsabilidade fiscal que o governo anterior tinha como os recursos públicos. E hoje, a gente pode perceber, né? Falava-se tanto em pagamento de dívidas, né, que o município possuía, o município continua com as dívidas, obviamente com um valor bastante reduzido, até por conta da emenda constitucional que possibilitou essa redução. E de outro lado, a responsabilidade que teve também desde o início desse governo com os pagamentos em dia dos tributos, das responsabilidades fiscais, dos encargos sociais e que possibilitou e garantiu ao município essa capacidade toda de buscar recursos externos. Nós sabemos, foi possível observar aqui, o valor da folha de pagamento do município, mais o custeio, o município ele não tem condições nenhuma de fazer investimentos só com recursos próprios. Então, eu quero cumprimentar na pessoa, obviamente, do prefeito municipal, né, toda a equipe fazendária, equipe de planejamento pelo brilhante trabalho que desenvolve e que capacita o município de São Carlos a buscar recursos para garantir os investimentos. E quando a gente fala em investimento, nós estamos falando de geração de empregos. Nós estamos falando de renda. Nós estamos falando de organização da cidade. Nós estamos falando de projetos estruturantes da cidade de São Carlos, né? Não é a ponte que caiu e que nós estamos indo lá corrigir, buscando recursos de Fonte 1, dessa reserva de contingência. Nós estamos falando de um planejamento para o desenvolvimento da nossa cidade. Quero parabenizar a todos. Eu ia fazer a pergunta realmente da questão dos bens capitais, mas o Azaite fez. Eu agradeço. Ouvi a resposta, né? Só não fiquei contemplado, porque nós temos a informação das escolas do governo do estado e não ouvi falar sobre as escolas do governo do estado. Que é um projeto da creche escola. Vai licitar pelo governo do estado. Então já está respondido também. E outra questão que... não que me incomoda, mas eu acho que valeria a



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

pena, Colussi, uma explicação. Por quê? Todo orçamento que a gente aprova aqui vem ele discriminado, e muito bem discriminado. Só que para as pessoas quando entram lá no Portal da Transparência, ou nós mesmos observando aqui as fixações de despesa, a gente observa que tem algumas fixações que a gente nem sabe se ela existe, na verdade. Por exemplo, o orçamento participativo, está aqui novamente essa Coordenadoria do Orçamento Participativo, R\$ 16,3 mil, né? É uma questão que gera dúvida, eu gostaria de ter uma explicação, porque para mim esse orçamento participativo não existe, né, Muller? E a outra questão, que me preocupa bastante, poderia estar agregado no orçamento, lógico que eu entendo que tem uma questão política por trás. Mas a questão por exemplo, a Coordenadoria de Meio Ambiente, tem R\$ 2,475 milhões para a coordenadoria, e a secretaria que recebeu essa coordenadoria, salvo engano ainda está na Secretaria de Ciências e Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, tem R\$ 500 mil só, no orçamento. Então é uma coisa, assim que não sei como conseguem se sustentar. R\$ 557 mil para ser preciso. E a Coordenadoria de Cultura, o salário está tudo na administração agora, né? A Coordenadoria de Cultura, que também não existe mais, que hoje ela está dentro da Secretaria Municipal de Esporte, ela está fracionada aqui, né? Nós temos R\$ 3,754 milhões na Coordenadoria de Cultura. E R\$ 3 milhões... Por que a gente já não agrega isso para a gente poder ter, inclusive, um melhor acompanhamento dessa execução fiscal? É só essas as minhas perguntas. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Quem vai responder ao questionamento do vereador Roselei Françoso é a diretora Fabiana Colmati **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Respondendo o questionamento, a coordenadoria... todas coordenadorias citadas, elas ainda existem. O que existe hoje é o... Como tem uma decisão do Ministério Público sobre a nomeação, não se pode nomear o cargo, o coordenador de parte de cultura, coordenador de orçamento participativo e coordenador de meio ambiente. Então, o que se tem é o secretário respondendo pelo expediente da coordenadoria. Ele só assina os documentos, na ausência do coordenador. Mas na estrutura administrativa, ela ainda existe, por isso que elas se figuram no orçamento desse jeito. O orçamento tem que seguir a estrutura administrativa, tudo que está previsto de órgão lá na estrutura, está previsto aí. Então por isso que elas se mantêm. Numa possível reestruturação administrativa, havendo a extinção desses órgãos, aí sim, os recursos vão ser realocados dentro da onde esses lugares forem ocupados. Vamos supor que a Cultura vá realmente para o Esporte, numa reestruturação, aí é feita uma alteração. A gente pede sempre nas conversas e nas reuniões lá, que, tendo isso, que tenha um dispositivo lá dentro da lei, um artigo, que autorize o município fazer essa readequação por decreto para não atrasar essa... a execução da despesa. Senão a gente tem que parar tudo, mandar o projeto de lei para a Câmara para ser votado, sancionar, publicar. Isso demora. Então, a gente pede sempre nas leis de estrutura para ter esse artigo. Quanto ao Meio Ambiente ser tão maior do que a Ciência e Tecnologia, lá no Meio Ambiente a gente tem algumas ações específicas como o TAC da Água Quente. Então ele é uma ação do Meio Ambiente, não é da Ciência e Tecnologia. Então só isso aí já são uns R\$ 500 mil, se eu não me engano. A gente tem o Fundo Verde. Que é um fundo ligado ao Meio Ambiente, que recebe recursos das multas ambientais. Então, ele também é do Meio Ambiente. Não é da Ciência e Tecnologia. Tem esses convênios do Fehidro e do FID que são do Meio Ambiente, então por isso esse orçamento tão maior do Meio Ambiente em relação à Ciência e Tecnologia. Apesar de uma coisa não estar vinculada à outra, como eu disse são dois órgãos hoje, separados. A única coisa é que o secretário da Ciência e Tecnologia responde pelo Meio Ambiente, também. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Ficamos só sem a questão do orçamento participativo, mas isso aí, em algum-- **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** [pronunciamento fora do microfone]. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Ela explicou? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** O orçamento participativo, ele está com esse



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

valorzinho baixo, porque hoje realmente, ele não tem gasto lá. Ele está na estrutura, então a gente coloca... Como está na estrutura, a gente abre ele lá mas não tem gasto. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Numa reforma... **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Numa reforma, eu acredito que ele seja extinto ou vire um departamento dentro de alguma secretaria. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Eu tenho um questionamento. Mais algum vereador? Posso fazer? Vereador Edson Ferreira, então, por favor, até a Tribuna. A câmara está destinada ao... **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente. Boa tarde ao Colussi, a Fabiana, o Carlos. Foi falado aqui sobre o Córrego da Água Quente, né, que está previsto um orçamento. A minha dúvida é se esse orçamento que está previsto é para aquela correção do desnível que teve lá, teve uma erosão, eu acho que o córrego saiu 30 ou 40 metros onde está destruindo algumas... ele invadiu, né, as chácaras ali. Tem pessoas que perderam 20, 30 metros da sua chácara, né, por causa desse desvio do córrego, né? Fomos até com o professor Tundisi lá. Falou que estava tentando ver se achava um jeito de resolver aquilo lá, né? Porque teve até um caso de uma casa ali, um muro, realmente caindo, né? O rio ali, ele mudou o rumo. Então... uma época atrás aí eu acho que no outro governo, eles fizeram um aterro para corrigir isso daí. E agora parece que aconteceu de novo. Eu não sei se está previsto isso. Isso que gostaria de saber. E também, com respeito àquela ponte que está caindo ali Estrada do Ferradura, que também passa por cima desse Córrego da Água Quente, então eu gostaria de saber se está nesse orçamento. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Passo a palavra, nesse momento, ao secretário de Planejamento e Gestão, Colussi, para a resposta ao questionamento do vereador Edson Ferreira. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Vereador Edson, nós recebemos algumas... alguns questionamentos do Ministério Público para saber se o planejamento colocou esses recursos para a execução da obra. Sim, esse orçamento está previsto e está carimbado para o cumprimento desse TAC. Essa questão técnica, eu creio que o professor Tundisi seria a pessoa adequada a dizer. Porque ele vai ter... como o dinheiro é dele, mas ele não executa a obra, ele vai ter que se apoiar ou nos serviços públicos ou na Secretaria de Obras, né? Eu tenho ouvido o professor Tundisi muito otimista em relação à solução desse problema. Porque houve sim, uma aproximação com o Ministério Público para que se concretizem essas obras. Eu, como venho trabalhar em São Carlos e resido na cidade de fora, fico bastante, vamos dizer assim, eu escuto o problema, vejo quanto tempo ele vem se arrastando, e me questiono se há recurso previsto no orçamento, por que não se executou essa obra? Eu creio que não vai demorar muito tempo, nós vamos ver essa obra sair do papel. Eu faço... tenho certeza que conhecendo o professor Tundisi e como ele vem tratando a questão, eu acredito que o problema vai ser sanado. Porque nós ficamos... no ano de 2017, realmente foi um ano difícil; 2018 é aquilo que a gente diz, a gente já que a gente... vamos dizer, agora que a gente consegue administrar, depois de pagar conta. O que nós temos que fazer é concretizar e colocar o projeto para ser feito. Mas, eu tenho certeza que, ainda nessa administração, nós vamos ver o problema ser solucionado. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Só complementando, esse TAC são diversas ações, não seriam só essa obra. Então, ele já tem previsto no orçamento desse ano um montante mais ou menos de R\$ 700 mil. Para o ano que vem é R\$ 500 mil. Aí para 20 e 21 é mais R\$ 500 mil os dois anos. Então vão ser várias ações ao longo desses quatro anos, que foi o que eles definiram quando fez o TAC. Para o orçamento do ano que vem está previsto R\$ 300 mil de obra, mas a gente não tem detalhamento do TAC, se é essa obra ou se é alguma outra obra... que aí, é o que o Colussi falou, teria que ver... Porque assim, ele vai detalhar ela, essa obra pode começar esse ano ainda, e ele tem que cumprir o TAC até 2021, que foi o que eles previram lá, R\$ 500 mil por ano. Este ano era um aporte maior. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Posso encaminhar para o encerramento? Tem algum questionamento? Moisés



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

Lazarine, tem algum questionamento? Considerações? **VEREADOR MOISÉS LAZARINE:** Só consideração. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Só um minuto, consegue virar a câmara ou consegue vir para cá? Consegue? Pode falar, vereador. **VEREADOR MOISÉS LAZARINE:** Boa tarde, vereador João Muller, no exercício da Presidência, demais que compõem a Mesa, demais vereadores, população que nos vê, nos ouve. Só parabenizar a ação da vossa secretaria. E a gente entende os desafios, compartilho aqui com a fala do vereador Roselei também. Em relação aos desafios que nós enfrentamos, sabemos, a gente vê, e sente a dificuldade de muitos reclamam da população quando nos veem cobrar de diversos exemplos desse questionamento que o vereador Edson Ferreira tem feito, né? Várias outras situações que a Prefeitura demanda aí de um bom planejamento para poder executar. Então, sabemos aí o empenho que vocês têm, toda a secretaria, toda a equipe técnica tem feito. E queremos vir a público agradecer a atenção que vocês têm nos dado lá, nos momentos que nós temos pautado e pleiteado ajuda de vossa secretaria, a gente tem tido o retorno necessário. Então só para deixar essas considerações de público. E a gente sabe que dentro do setor público, a gente acaba, em especial cito o meu exemplo, eu costumo ir lá bastante cobrar. Parte das ações aí do Executivo. E, muitas das vezes, poucas vezes a gente agradece e parabeniza pelo trabalho que já tem sido feito. Então, queria deixar de público a minha gratidão o meu agradecimento pelo trabalho que já tem sido realizado por vocês. E deixar aqui a minha... meus votos de que venha a continuar dando certo. Que no próximo ano, a gente possa conseguir ver a prefeitura realizar várias outras obras. Eu vi, hoje, por parte da imprensa que foi o próprio edital da limpeza, né, foi homologado. Então vários reclamamos que a gente sabe que precisa estar previsto no orçamento, e que precisa ser executado. E enquanto a gente está aqui cobrando se vocês não estiverem fazendo a parte de vocês na parte administrativa, a prefeitura não vai conseguir desenvolver. E sabemos que por parte de vocês tem sido feito, o fato de tirar o nome da prefeitura que estava negativado, isso é um fator muito importante. Inclusive, a gente pleitear novos projetos para a cidade de São Carlos. Então só essa consideração mesmo que gostaria de fazer, em especial ao Colussi e toda sua equipe aí. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Tendo-se encerrado essa parte de considerações, questionamentos dos Srs. Vereadores, eu queria fazer uma consideração e um questionamento, até porque nós não temos... as pessoas que estão aqui no Plenário eu percebo que não têm nenhum questionamento, mas eu também queria fazer coro com os demais vereadores, que elogiaram o trabalho. E acho que o nível de transparência que nós atingimos na discussão do orçamento da cidade é muito importante para o trabalho, inclusive dos parlamentares dessa Casa. Eu sempre digo, tem três momentos importantes, ou de maior importância para o parlamentar: PPA, LDO, orçamento de cada exercício, é onde nós podemos conhecer. Eu pude conhecer aqui hoje, por exemplo, emendas de parlamentares que eu nem sabia que estavam vinculados já, parlamentares federais, estaduais, que nem sabia que estavam vinculados com o orçamento do ano que vem. Então, eu fico muito satisfeito, porque, desde que eu iniciei o meu trabalho como parlamentar, sou um grande defensor do equilíbrio fiscal. Faço coro às palavras do vereador Azuaite Martins de França. Nós somos defensores desse equilíbrio com responsabilidade, dentro da capacidade contributiva de cada cidadão. Não podemos abrir mão de receita, né? E o projeto do Pmat talvez seja o pontapé inicial. Essa questão do cadastramento a gente talvez possa fazer através dele, para aumentar a arrecadação. Mas algum momento da história dessa cidade vamos ter que discutir a questão da contribuição de iluminação pública, a revisão da planta genérica de valores, isso vai ter que acontecer. Nós vamos continuar lembrando o governo. Mas, eu queria, para encerrar, fazer uma pergunta sobre a questão da dívida do município. Aqui na introdução, coloca-se o valor, né, ou informa-se o valor de R\$ 25,155 milhões do serviço da dívida pública, deve ser a dívida consolidada. Em algum momento



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

you volta falar da dívida em R\$ 46 milhões. A Pergunta minha é simples: nesse valor de R\$ 46 milhões nós estamos mencionando a consolidada, nós estamos mencionando inclusive a de INSS e também algum resto a pagar, outros financiamentos e os precatórios? Está tudo? Esse valor de R\$ 46 milhões engloba tudo, né? Inclusive os precatórios? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Os R\$ 46 milhões é precatório, é as dívidas... **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Consolidada. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Consolidadas, não só da prefeitura-- **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER;** Saae e Prohab, né? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Precatórios, Saae, Prohab, todas dívidas. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Tá isso é só para a gente ter... Fiz essa pergunta só para aqueles que estão nos acompanhando, esse momento, ter noção de quanto nós já temos comprometido do orçamento do ano que vem só para continuar amortizando a dívida. Muito bem, tendo encerrado essa fase, eu pergunto ao secretário se ele quer fazer considerações finais. Se não quiser, eu posso fazer o encerramento. Tudo bem? Quer fazer alguma consideração final? **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Bem, concordo em gênero, número e grau com o vereador João Muller, quando ele diz que é um entusiasta do equilíbrio fiscal e financeiro. Os vereadores que acompanham nosso trabalho na prefeitura sabem que trabalhamos de portas abertas, com extrema transparência. Todos os vereadores têm acesso ao Departamento de Planejamento e Orçamento e convênios, e outras repartições que atuam para auxiliar os vereadores nessa caminhada de quatro anos. A gente sabe que a luta... a luta é de todos. O trabalho que.... uma dedicação é sempre bem-vinda. Alguns vereadores que acompanham nosso trabalho lá, sabem que a gente não medo esforços para cumprir prazos, para cumprir as determinações e, principalmente, as ordens, né, João? **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** É. **SR. CARLOS AUGUSTO COLUSSI:** Então, gostaria de dizer que a Fabiana gostaria destacar a questão da reforma e eu considero a minha fala encerrada, João. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER;** Muito bem. Pois não, fica à vontade. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Só para concluir aqui então, a apresentação. Deixar o agradecimento aqui, em especial à Secretaria de Fazenda, na pessoa do Mário e de todos funcionários lá, que sempre auxiliaram muito a Secretaria de Planejamento e, em especial, ao meu departamento lá, a gente tem uma relação muito estreita com a Fazenda, então todos... nosso trabalho às vezes até se confunde. Quem é Planejamento e quem é Fazenda. As pessoas acabam confundindo. E uma preocupação até que foi do vereador Azuaite quanto à previsão, a fixação da receita estar alta, né? Nas últimas conversas com o Mário para fechar o orçamento, a gente decidiu que realmente ela está um pouco ousada, não só por causa das receitas de capital. A gente fez uma previsão equilibrada, mas sempre coube um pouquinho de ousadia, porque se não a gente também não sai... não consegue investir. Então, assim, nessa última reunião, em conversa com o secretário de Fazenda, a gente determinou aí, que nós vamos... ele vai abrir o orçamento com contingenciamento. Então, apesar de ele estar um pouquinho ousado, a gente vai já iniciar com um contingenciamento que deve ser na casa dos R\$ 50 milhões, e que só vai acontecer as liberações, conforme a gente vai vendo essa nossa previsão da receita está sendo atingida. Então, essa é uma coisa que só quando duas secretarias estão muito bem casadas que consegue acontecer. Que é Fazenda e Planejamento, nesse compasso. E outra coisa que a gente quer dar destaque aqui, que é uma coisa que tem sido um grande avanço para os funcionários, que o orçamento do exercício de 2019 prevê a avaliação de desempenho e a progressão por funcional. A avaliação e desempenho por metas e a progressão funcional, que é o popular plano de carreira. Uma demanda antiga, a lei já era lá de 2009, não foi para a frente por causa de uma questão que a lei tinha um negócio... dependia de uma Junta Eleitoral. A Junta Eleitoral, já está nomeada, já iniciaram os trabalhos. Então, esse é um grande avanço para o funcionalismo que, provavelmente em 2019, vai começar ter essa progressão. E como já foi citado a questão da limpeza pública.



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

Então, para o orçamento de 2019 estão previstos os recursos para a limpeza pública, para tapaburaco, para diversas coisas da manutenção da prefeitura, que tem sido uma demanda da população. Inclusive, algumas melhorias na iluminação pública, além desses R\$ 5 milhões que eu falei do financiamento, tem recursos na Casa de R\$ 1 milhão mais ou menos, R\$ 1 milhão ou R\$ 2 milhões, de recurso próprio, que vão ser investidos na melhoria da iluminação pública. E só para finalizar, uma demanda também que foi muito debatida, é a construção do novo restaurante no Cidade Aracy, que também estão previstos. Que são a parte de custeio, que às vezes não ganham tanto destaque, como a gente fala mais de capital, mas essas coisas que estão dentro do custeio são muito importantes também. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Ela está se referindo à terceira unidade do Restaurante Popular, que vai ser no Antenor Garcia. Bom, dessa forma nós cumprimos então uma obrigação constitucional, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de realizar uma Audiência Pública para tratar do orçamento do exercício seguinte. Quero agradecer a presença de todos os membros da prefeitura, em especial, da Secretaria de Planejamento e Gestão. Um abraço ao nosso secretário Mário Antunes, nesse momento, deve estar nos acompanhando, sempre preocupado com as finanças do município, né? E se recupera. Agradecer os nossos vereadores que aqui estiveram, e a todos vocês, que nos acompanharam até esse momento. Uma boa tarde a todos. E declaro encerrada.0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-